

“Além do Dever: Diplomatas reconhecidos como Justos entre as Nações”: inauguração da exposição

Manuela Franco

MNE, 19.7.2018,

Senhor Ministro, Senhor Embaixador de Israel, Senhor Director do Instituto Diplomatico

É para mim uma honra e um gosto participar hoje nesta homenagem aos diplomatas reconhecidos pelo Yad Vashem como Justos entre as Nações.

Ao homenagear, tornamos presentes os terríveis acontecimentos da segunda guerra mundial, sobretudo os acontecimentos do Holocausto que continuam a ensombrar a Europa.

Embora seja já longo o caminho de estabelecimento dos factos, a enormidade do acontecido continua a ser demasiadas vezes desafiada, exigindo por isso um constante exercício do dever de memória.

É pois particularmente eficaz trazer ao conhecimento directo do publico os indivíduos que, perante circunstâncias tão extremas, solitária e solidariamente, estenderam a mão ao seu semelhante, demonstrando uma coragem moral e um sentido do dever à altura dos desafios com que estavam confrontados.

Em circunstâncias de guerra, ou de confronto entre estados, os diplomatas estão muito perto da frente. Como representantes de entidades soberanas, a sua função é exercida sobre uma linha fina e paradoxal: movem-se ao mesmo tempo com enorme liberdade nos círculos mais altos do país onde estão acreditados; fazem-no porém dentro de um sistema de comunicações extremamente regrado e por isso têm muito pouca flexibilidade no uso dos instrumentos de acção de que dispõem... como nestes casos seriam a protecção consular a nacionais ou a mala diplomática. Tudo sempre depende da boa vontade ou da reciprocidade do estado acreditante. Ou da criatividade do diplomata.

Antes e durante a Guerra, por certo houve diplomatas portugueses que ajudaram refugiados ou pessoas em perigo. Fizeram-no, com ou sem autorização, mas em escala consentanea com o enquadramento definido por Lisboa. Tendo, talvez por isso, ficado na anonimidade, merecem menção e gratidão.

São dois os diplomatas portugueses reconhecidos como Justos entre as Nações: Aristides Sousa Mendes, Consul de Portugal em Bordeus e Carlos Sampaio Garrido, Ministro de Portugal na Hungria.

Protagonizam dois episódios bem diferentes. Ambos são interessantes por ilustrarem duas leituras bem demarcadas do

que é o DEVER e de como as condições geopolíticas definem o perímetro possível da solidariedade.

Vejamos

- Sampaio Garrido, reconhecido como Justo em 2010, teve o seu momento na Primavera de 1944, enquanto Ministro de Portugal na Hungria. Perante a severidade da perseguição aos judeus húngaros, por iniciativa própria e sem instruções, deu início a um esforço de protecção diplomática a algumas personalidades húngaras. Perante a decisão do Governo Português não reconhecer o governo sancionado pela invasão alemã da Hungria em 19 de Março de 44, Garrido foi mandado regressar a Lisboa, sendo substituído por um encarregado de negócios. Teixeira Branquinho .

Na falta dos necessários documentos e testemunhos, Teixeira Branquinho não está nomeado como Justo. Porém a documentação diplomática portuguesa atesta à saciedade que a sua acção em Budapeste, ao longo dos difíceis meses do Verão e Outono de 1944 foi absolutamente crucial. Fez a diferença.

Teixeira Branquinho foi verdadeiramente além do dever. Fê-lo no entanto ao abrigo de instruções da sua capital, que foi conseguindo adaptar ao que julgava útil. A participação da Legação de Portugal em Budapeste na operação de salvamento dos judeus húngaros conduzida pelos países neutros e pela Santa Sé foi totalmente autorizada e coordenada por Lisboa, sob

controle directo do Secretário Geral do MNE, Embaixador Teixeira de Sampayo.

Bem diferente, oposta mesmo, fora a situação de ASM, em Bordeus, em 1940. ASM contrariava instruções recebidas, taxativas. Contrariara uma, duas, três vezes, pontualmente, depois, em Junho de 1940, de forma exacerbada e maciça. Foi, acto contínuo, mandado regressar a sede; alvo de um processo disciplinar sumário; suspenso das funções e forçado a aposentação.

Quais as diferenças entre estes dois casos? as condicionantes geopolíticas; o calibre do desafio à autoridade estabelecida; a questão da ética do dever.

Os tempos da Guerra

1940, a queda rápida e sucessiva da Holanda, Bélgica, França, a avançada dos alemães até aos Pirinéus. A total impreparação desses países para a invasão. Milhões de pessoas em pânico.

Em Portugal, medo de que a Espanha caísse para o lado de Hitler e a guerra chegasse a Gibraltar.

Já em 44, na Hungria: a Alemanha estava a perder a guerra. Os factos do Holocausto já eram conhecidos; o sacrifício dos judeus húngaros já aparecia como monstruoso e evitável.

Como outros neutros, Salazar era firmemente contra a política de rendição incondicional da Alemanha. Procuravam-se de parte a parte soluções para uma paz negociada. Procurava-se um lugar vantajoso nas negociações do pós guerra.

O calibre do desafio

O risco em Budapeste era curto: o cuidado de Lisboa foi sempre posto em nunca exagerar o número de salvos condutos, de modo a que os alemães não pudessem negar validade à documentação portuguesa.

Portugal continuaria a vender volfrâmio à Alemanha até 8 de Junho.

Perante o avanço da guerra e as alterações negativas dos governos em Budapeste, Teixeira Branquinho foi mandado retirar. A embaixada ficou entregue à administração de funcionários locais. Salvava perto de 1000 judeus húngaros.

Antes, em 1940, ASM agindo por decisão e risco individual, no momento certo, abriu as portas de Portugal à vasta maioria dos 40 mil fugitivos que por aqui passaram nesse ano.

Portas que o governo português vinha tentando manter bem fechadas desde 1934. Salazar viu-se ultrapassado pela criação de um facto político cuja reversão arrastaria questões

complicadas de enquadrar nos parâmetros escolhidos para a neutralidade portuguesa. Era impossível devolver os refugiados sem por em causa a dita neutralidade

Assim foi que o precedente criado por ASM, ancorou a ideia de Portugal-Porto de abrigo ... Na prática Portugal acabaria por levar a cabo uma política mais branda do que a de outros países de asilo. As condições de vida que o governo português ofereceu em colaboração com as Associações Judaicas e Quaker, pex, de assistência aos refugiados, foram únicas em toda a Europa. Os portugueses, pelo bom acolhimento prestado e pela compreensão que revelaram face a miséria dos outros, ficaram para sempre na memória dos milhares de estrangeiros que por aqui passaram.

A 30 de Outubro de 1940, por “*desobediências às ordens superiores em objeto de serviço*”, Aristides Sousa Mendes era condenado na pena de um ano de inactividade com direito a metade do vencimento da categoria, seguida da aposentação compulsiva do serviço diplomático. E apesar do efeito positivo que, de imediato, acresceu a Portugal, nacional e internacionalmente, pelo acolhimento dos refugiados de guerra, e apesar, ainda, posteriormente, do conhecimento dos factos do Holocausto, Sousa Mendes permaneceu irradiado até 1988, data da sua reintegração póstuma no serviço diplomático.

Reabilitação. Papel de Jaime Gama

Aristides Sousa Mendes que exactamente hoje completaria 133 anos, foi declarado Justo entre as Nações em 1966. A Árvore que marca a sua presença na Alameda dos Justos do Yad Vashem é frondosa e providencia uma sombra que faz jus à sua grandeza.

Só em 1988 chegaria a reabilitação em Portugal. Esta reabilitação, foi promovida por diversos quadrantes, com principal destaque para a família, para Rui Afonso, que sobre ele escreveu, ou para o Diplomata Nuno Bessa Lopes que construiu o primeiro processo correcto do seu caso.

Crucial porém foi Jaime Gama, ex MNE e deputado pela oposição, o qual em Março de 1988, moveu na Assembleia da República a aprovação de projecto de Lei, da sua autoria reabilitando oficialmente Aristides de Sousa Mendes, incluindo reintegração póstuma na carreira diplomaica, com promoção a Embaixador.

Em 1995, a atribuição da Grã Cruz da Ordem de Cristo veio juntar à reabilitação da sua integridade pessoal e profissional, o preito da honra nacional pelo heroísmo do comportamento de lucidez, compaixão e coragem invulgares de Aristides Sousa Mendes.

Em 2000 (23 de Fevereiro), foi também Jaime Gama, de novo MNE, quem fez acontecer em Lisboa a escritura notarial de constituição da Fundação Aristides de Sousa Mendes.

E a 27 de Março, no Palácio das Necessidades, Jaime Gama, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, doava 50 mil contos à Fundação Aristides de Sousa Mendes... **reconhecendo e confirmando em cerimónia pública a reabilitação da sua memória, repondo a verdade não só quanto à sua imagem mas também no que se refere à sua carreira diplomática.**

Foi ainda Jaime Gama quem, exactamente nessa ocasião, promoveu a **a ideia de dar a conhecer num âmbito mais vasto os testemunhos documentais da acção de ASM no decorrer da IIª Guerra Mundial.**

Determinou que o MNE, através do Instituto Diplomático, organizasse uma exposição que deveria circular pela rede consular nos EUA e que viria a ser inaugurada na Biblioteca Pública de Newark, em Setembro de 2000.

Eis a razão do meu envolvimento, pois para apoio a este dispositivo, produzi o GUIA de FONTES do Arquivo Histórico Diplomático intitulado “Vidas Pougadas”, que apresenta toda a documentação relevante encontrada sobre os casos de Bordeus e da Hungria.

Para além do DEVER. A questão da desobediência

Pergunta-se: Perante os aparentes benefícios para a imagem e credibilidade do país, tanto interna como externamente, porque perdurou a punição sobre ASM? Porque perdurou mesmo depois de se conhecer toda a dimensão do Holocausto? Porque perdurou ainda tantos anos depois da instauração do regime democrático?

Julgo que a questão da desobediência foi porventura a que mais se atravessou no caminho da reabilitação de ASM.

Para os seus detractores, ASM havia desobedecido. O presidente do Conselho que o disciplinou, em 1040, Conde de Tovar, diz:

Quaisquer que sejam as intenções atribuíveis ao Arguido, e as atenuantes admitidas em seu favor, o que se verifica em contestação possível é que quando as instruções do Ministério não se harmonizam com o seu critério pessoal, o Snr. Aristides de Sousa Mendes sobrepõe invariavelmente o seu critério pessoal ao do Ministério..

Por seu lado, ASM dizia: *Coadunar essas instruções com as circunstâncias extraordinárias e por vezes imperiosas de cada*

caso concreto foi o que se impôs à minha consciência de funcionário que deseja acertar.

E o Francisco Calheiros, o Ministro de Portugal em Bruxelas, que retirara e viera no meio da vaga humana até Bordeus e Baiona, indicado por ASM como testemunha abonatória, dá aos autos uma interpretação consentânea com a moral oficial e que mostra, dispensando comentários, um ponto de vista diametralmente oposto, ” *um funcionário não tem que ser humano quando se trata de cumprir ordens, seja de que natureza forem. Mas nem todos possuem idêntica resistência moral que lhes permita enfrentar situações como o depoente e o arguido sofreram. É precisa uma coragem pouco banal para resistir às súplicas e implorações de tantos desgraçados apavorados com a aproximação do invasor e ao justo medo do campo de concentração ou pior ainda do fuzilamento*”.

O que faz de Aristides de Sousa Mendes um herói é a capacidade de prosseguir um comportamento ético mesmo em tempos de guerra e repressão, mesmo com a perspectiva de danos pessoais. Confrontado com uma ordem política e social contrária à dignidade humana - escolheu submeter-se à obrigação moral e sofrer as consequências. Hoje, chamamos a isto coragem.

ASM escolheu agir, e usou o poder que tinha para ajudar milhares de pessoas a escapar das perseguições e da destruição de vida que desde 1934 destabilizavam agressivamente a Europa. Uma decisão que o tornou também a ele num pária, banido que ficou da vida activa, e mesmo para além da morte, já que a sua reabilitação demorou aproximadamente estes 50 anos.

É certo que ASM desobedeceu

Onde não há liberdades individuais, a desobediência é um crime grave que não pode ser nem abertamente julgado nem perdoado. Reclamar livre arbítrio, aspirar a exercer a dignidade de ser responsável é reclamar também o poder da acção, de pôr o mundo em movimento, entrar - sem ser convidado - num espaço que é o espaço político por excelência, o lugar onde o espontâneo ameaça toda a construção autoritária. À negação deste espaço é essencial à neutralização da acção política. Às regras de uso do espaço público, que domina, o regime dá o nome de moral e da sua interpretação não cabe recurso.

É uma questão de discussão complexa, sobretudo em épocas de crise de valores.

Quando se dá a supremacia da hierarquização da sociedade e se desenha um povo de funcionários de quem se espera sejam pequenas rodas na engrenagem do Estado, a ordem de valores está invertida.

E ASM recolocou a hierarquia natural, a inerente à suprema dignidade da pessoa humana. E é esse facto que faz com que ainda hoje haja algumas reservas contra o ASM.

Porque ele se atreveu ao livre arbítrio, desafiou a ordem estabelecida, mostrou que podia ser feito, deixou a pergunta:

E TU, QUE FIZESTE?